

IDENTIFICAÇÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma análise do livro “Os Mil Cabelos de Ritinha”

Andressa Cristina Gabriel de Paulo¹; Vanessa Ferreira Martins^{2,5}; Elisandra Gomes dos Santos^{3,5}; Rafael Furlan Lo Giudice^{4,5*}

¹ Graduanda em Pedagogia, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Pedagogo – UNINTER, doutor em Comunicação – UNIP; ³ Esp. em Curso I de Especialização em Educação Infantil – UFMS, pedagogo – FIRB; ⁴ Doutor em Comunicação – UNIP; Mestre em Linguística – UNIFRAN; ⁵ Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

* autor correspondente: furlangiudice@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem por finalidade apresentar alguns fundamentos a respeito da questão racial no ambiente escolar. A questão do racismo dentro da sala de aula é algo que tem ocorrido com muita frequência. Como se sabe, no Brasil, existem várias raças e crenças, ou seja, há uma mistura de culturas espalhadas por todo o país, fazendo com que exista as diferenças e discriminações, por parte daqueles que não entendem essas variações. Sendo assim, este artigo científico tem por objetivo apresentar alguns fundamentos que os levarão a obter reflexões acerca do tema pesquisado. Trata-se assim de uma pesquisa bibliográfica e de campo, tendo como objetivo reunir informações e dados para a investigação sobre o racismo dentro da sala de aula e sua reflexão sobre as questões de valores de uma sociedade. Este estudo foi preponderante quanto ao embasamento temático. Portanto, cabe reforçar que independente de crenças, religiões e ideais, as práticas precisam ser realizadas e aplicadas com ética e transparência para a compreensão da prática docente.

PALAVRAS CHAVES: educação; discriminação; práticas pedagógicas; racismo.

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresentado busca discutir a temática racial na educação infantil e nesse período é de muita relevância trabalhar a questão racial com os educandos, porque eles estão começando a criar a sua própria identidade.

A maioria das crianças que vivem situações de pobreza em ambientes precários elas são negras e periféricas e já sofrem com a desigualdade antes mesmo de vir ao mundo, já são marginalizados pela sociedade precon-

ceituosa. Nesse trabalho aborda a importância da escola na construção da identidade do educando.

Segundo SILVA (2017, p. 3) a realidade que muitas crianças já viveram ou ainda vivem, o sofrimento racial na socialização, principalmente no âmbito escolar, porque nas escolas ou até mesmos nas mídias, os contos de fadas, as princesas e príncipes eram brancos, cabelos lisos e olhos claros, padrão físico imposto pela sociedade. E devido à essas exigências de padrão para poder ser protagonista, muitas crianças negras

rejeitam e negam sua cor, por isso é de grande relevância a valorização das contações de histórias da cultura negra em sala de aula, pois gera a valorização desse sujeito.

A importância de trabalhar com essa temática em sala de aula é mostrar para os leitores a realidade que muitas crianças vivem dentro de um ambiente escolar, além de evidenciar que a criança negra sofre racismo desde pequena e que a construção da identidade étnico racial na primeira infância é de grande relevância para esses sujeitos que estão criando a sua identidade nesse período de descobertas.

2 ÉTICA NO AMBIENTE ESCOLAR: Um caminho para se pensar nas questões étnico-racial

Falar em relações étnico-racial no ambiente escolar é pensar maneiras de discussão, refletindo na forma de como será trabalhada a conscientização sobre este assunto em sala de aula, desde a Educação Infantil. Hoje, percebe-se que existe uma luta contra o racismo dentro do ambiente escolar, devido o problema existente de convívio social, tornando um desafio muito grande para os educadores trabalharem o respeito as diferenças e solucionar problemas existentes. Sendo assim, pensar em respeito e diferenças é dialogar em uma ética existente em todo o ambiente escolar por que a ética educacional trata de uma educação comprometida, de qualidade capaz de formar cidadãos de responsabilidades com princípios e valores. Com isto, o processo de interação humana é o meio pela qual as interações interpessoais resultam no bom funcionamento e no relacionamento de cada criança dentro do ambiente escolar. Assim, de acordo com Cortella (2010, p. 106):

A ética é o conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida

junta. Portanto, ética é o que faz a fronteira entre o que a natureza manda e o que nos decidimos. A ética é aquilo que orienta a sua capacidade de decidir, julgar, avaliar.

Então, falar nas relações interpessoais que envolvem as questões étnico-racial é mostrar que conviver com o outro não se trata de uma tarefa fácil, pois cada um possui suas próprias características e maneiras de pensar diferentes uma da outra.

Está discussão no meio escolar apresenta grandes desafios aos profissionais, pois este assunto deve ser tratado de forma que valorize as questões sociais, fazendo com que os alunos possam valorizar sua cultura e respeitar as culturas dos outros, já que em nosso meio existem diversas etnias. Sendo assim, o educador deve promover o respeito.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN),

Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma nação, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano (PCN, 2001, p. 16).

Sendo assim, pensar nesta diversidade é pensar na ética existente em todo o ambiente escolar. A ética educacional trata-se de uma educação comprometida, de qualidade capaz de formar cidadãos de responsabilidades com princípios e valores. Com isto, o processo de interação humana será o meio pelo qual as interações interpessoais resultarão no bom funcionamento e relacionamento

de cada criança dentro do ambiente escolar.

Dessa maneira, os assuntos que merecem ser trabalhados em sala de aula são voltados a desigualdade social e a discriminação, pois ambos os assuntos promovem a exclusão social.

Ambas, desigualdade social e discriminação, se articulam no que se convencionou denominar “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público – pressuposto da democracia. Por esse motivo, já se disse que, na prática, o Brasil não é uma sociedade regida por direitos, mas por privilégios. Os privilégios, por sua vez, assentam-se em discriminações e preconceitos de todo tipo: socioeconômico, étnico e cultural. Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações (PCN, 2001, p. 19).

Sendo assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990, Art.53 fala que a criança e adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Dessa forma, o professor necessita se empenhar para desenvolver o aluno em seus aspectos sociais e educacionais, visando sempre o contexto social, evitando-se assim a discriminação, o preconceito e fazer com que uns respeitem os outros.

Portanto, a ética, o convívio social está presente em tudo. Cortella (2010, pg. 107) diz que: “A ética é uma plantinha frágil que deve ser regada diariamente”. Então, ela deve acontecer diariamente e respaldada e assegurada pela lei e diretrizes para formar cidadãos capazes de refletirem sobre sua realidade, de maneira que sinta o prazer de

estar inserido no ambiente escolar, respeitando sempre as diferenças.

A escola, por sua vez, será a instituição que mostrará as crianças que não se devem existir a discriminação, o preconceito, as desigualdades e a exclusão social. Os Parâmetros Curriculares Nacionais dizem que:

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela (PCN, 2001, p. 21).

Contudo, é de responsabilidade do professor, dentro do ambiente escolar, fazer com que o preconceito seja quebrado, este que vem ocorrendo há muito tempo.

2.1 Relações étnico-raciais

A diversidade cultural na sociedade é uma maneira que faz com que existam diferentes formas de preconceitos, pois como se sabe o Brasil é um país rico em etnias e raças diferentes, levando não só o ambiente escolar como toda a sociedade a agir de uma maneira

preconceituosa com as pessoas. Este tema tem sido muito discutido, onde educadores estudam uma forma de misturar aos alunos que devem respeitar as diferenças. Sendo assim,

Em nosso dia a dia, é muito comum ouvirmos piadas sobre mulheres, negros, portugueses, judeus, deficientes físicos, entre outros grupos sociais. Por meio do humor, expressam-se várias formas de preconceitos existentes em nossa sociedade, que reforçam ou, muitas vezes, justificam as desigualdades de tratamento e oportunidades entre as pessoas. No entanto, dificilmente se adota uma atitude reflexiva sobre esses fatos (CARVALHO et al., 2012, p. 143).

Dessa maneira, falar em relações étnico racial é mostrar que se trata de um termo em que existem diversas definições e relações com atitudes, valores e posturas do ser humano diante da diversidade cultural existente em nosso país.

A falta de conhecimento gera um preconceito racial e é fundamental que professor trabalhem com os alunos sobre a consciência moral, ética e cultura, possibilitando que o educando seja capaz de desenvolver seus valores e saber agir com respeito. Sendo assim, para Chauí (2000, p. 147),

A consciência moral da pessoa e a consciência política do cidadão formam-se pelas relações entre as vivências do eu e os valores e as instituições de sua sociedade ou de sua cultura. São as maneiras pelas quais nos relacionamos com os outros por meio de comportamentos e de práticas determinados pelos códigos morais que definem deveres, obrigações, virtudes e políticos que definem direitos, deveres e instituições coletivas públicas, a partir do modo como uma cultura e uma sociedade determinada definem o bem e o mal, o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo, o legal e o ilegal, o privado e o

público. O eu é uma vivência e uma experiência que se realiza por comportamentos; a pessoa e o cidadão são a consciência como agente moral e político, como práxis.

Dessa forma, trabalhar as relações étnico-racial em sala de aula é mostrar aos alunos que falar sobre a cor da pele, sobre orientação sexual, ou preferência religiosa é um preconceito com o próximo. O educador que trabalha com esses assuntos em sala de aula fará com que o aluno possa ter condições de refletir sobre seus valores e princípios étnicos, uma vez que a diferença é uma característica inerentes a todo ser humano.

É de grande relevância que a escola e os professores possam atuar de maneira que faça todos enxergarem que por mais que existam as diferenças entre as pessoas não se pode discriminar ninguém só pelo fato dele ser diferente de você, na sua fala, na sua cor, na sua cultura. Deve-se iniciar na Educação Infantil o trabalho para combater os preconceitos e contemplar as diferenças existentes no nosso país.

Com isto, Golçalves (2011, p. 38) diz que “estudar as relações étnico raciais no campo das representações sociais abre a possibilidade de conhecer mecanismos da discriminação e do preconceito na sua forma mais camuflada, pois elas tratam do conhecimento do senso comum”.

O conceito de cor é um dos maiores que possuem dificuldades para entendimento, por se tratar de um termo muito complexo. Sabe-se que no Brasil existem diversas etnias e misturas de culturas após o fim da escravidão com a chegada de muitos emigrantes, com isto houve-se a mistura de raças tornando o nosso país uma diversidade muito grande de mistura de povos. Souza e Motta (2002, p. 42) dizem que:

O Brasil é um país rico em

diversidade étnica e cultural. Coexistem no país culturas singulares, ligadas à identidade de origens de diferentes grupos étnicos e culturais. Convivem hoje no território nacional cerca de 206 etnias indígenas, além de uma imensa população formada pelos descendentes de africanos e um grupo igualmente numerosos de imigrantes e descendentes dos povos originários de diferentes tradições culturais e de diferentes religiões. O Brasil apresenta heterogeneidade notável em sua composição populacional, a diversidade marca a vida social brasileira. Encontram-se diferentes características regionais, maneiras diferenciadas de apreensão do mundo, forma diversas de organização social, multiplicidade de modos de relação com a natureza, de vivência com o sagrado e de sua relação com o profano.

Assim, definir cor é algo complexo, pois não existem formas para sua definição, uma vez que, sua definição é ampla e difícil entendimento. De acordo com Rosemberg (2007, p. 01 apud SILVA, 2017, p. 01), a expressão racial baseada na “cor da pele” é utilizada no Brasil desde o período colonial e ainda permanece entre a sociedade.

Por isso é de grande relevância que professores trabalhem questões étnicos raciais desde a educação infantil porque nesse período a criança está se descobrindo e construindo sua própria identidade. Trabalhar essa temática com os alunos faz com que eles aceitem a cor de sua pele, a cor de seus olhos e os seus cabelos crespos, quantas crianças que já negaram sua identidade devido não se encaixar no padrão que os contos das histórias narradas nas escolas as princesas e príncipes eram brancos, olhos azuis e cabelos lisos e isso fez com que muitas crianças negassem sua identidade devido não se encaixar no padrão estabelecido pela sociedade.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: Como trabalhar questões étnicos raciais na educação infantil

Trabalhar as questões étnicos-raciais na educação infantil tem uma grande importância dentro da educação, principalmente para os educandos que estão numa fase de descobertas. A questão do racismo em sala de aula ela pode ser desconstruída através de livros infantis que narra histórias com os personagens negros, trazer a cultura africana para dentro da sala de aula é de grande relevância pois fazem com que esses alunos se sintam protagonistas e inclusos.

Sabemos que a discriminação é algo muito discutido nos últimos anos e a cada dia é necessário que o professor, juntamente com toda equipe escolar devem estar preparados e respaldado para enfrentar todas as mudanças que vem surgindo para alavancar a educação.

A presença do racismo dentro do contexto escolar é algo que faz o educador mediar e estudar uma maneira que prevaleça o respeito uns com os outros no ensino aprendizagem, sendo uma forma de levar os alunos a refletirem sobre a maneira de tratar os colegas dentro e fora da sala de aula, sempre respeitando a diversidade. Está discussão no meio escolar traz grandes desafios aos profissionais, pois este assunto deve ser tratado de forma que valorize as questões sociais, fazendo com que os alunos possam valorizar sua cultura e respeitar e valorizar as culturas dos outros, já que em nosso meio existem diversas etnias. Sendo assim, o educador deve promover o respeito pelos outros para assim alcançar a conscientização de que todos somos iguais.

Toda escola deve buscar a igualdade, o desenvolvimento, e aprendizagem e enfrentar juntos todos os desafios que forem propostos, estabe-

lecendo sempre uma educação de qualidade. Sendo assim, para procurar diminuir o preconceito racial, foi sancionada a lei 11.645/08 que:

[...] estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

[...] O currículo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil.

[...] Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

Mesmo assim, apesar da existência desta lei, a maioria das instituições de ensino não estão preparadas para realizar atividades voltadas para sanar com a discriminação entre os alunos, nem elaboram trabalhos voltados para cumprir esta lei. Podemos dizer, que este descumprimento está ligado a falta de formação continuada dos profissionais, como também a dificuldade do professor de perceber que existe racismo entre seus alunos, entre outros fatores.

Contudo, mesmo que as políticas públicas foram criadas visando a elaboração de projetos e atividades para trabalhar a discriminação, o preconceito racial ainda é algo que acontece isoladamente, e muitas vezes em silêncio, já que muitos não denunciam o que

estão sofrendo

Assim, é necessário que o professor desenvolva em sua prática a consciência moral dos seus estudantes, fazendo com que eles entendam que o preconceito é algo que precisa ser combatido, valorizando-se assim a cultura afrodescendente e mostrando que a cultura brasileira é uma diversidade de histórias e culturas. Para Boni (2008), falar sobre o racismo gera muitas polêmicas, uma vez que, trata-se de um trabalho que apresenta várias dificuldades para o professor, pois geram diversos conflitos e o educador precisa saber lidar com essas questões raciais e obter muito conhecimento sobre este tema. Segundo Boni (2008, p. 2),

A escola está repleta de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas. Percebe-se que no ambiente escolar as situações de conflito que poderiam promover a interação, o conhecimento e o respeito às diferenças e às peculiaridades das diversas culturas ali presentes, não são bem aproveitadas pelo professor, que muitas vezes, veem na situação que se apresenta, algo constrangedor, gerador de tensão e não sabem como trabalhar adequadamente com a questão se omitindo ou tratando isoladamente o fato.

Este fator preconceituoso, por parte do professor, também é algo que necessita de atenção, pois a escola necessita, através de cursos de formação continuada e ou exercícios próprios, mostrar ao professor que é preciso que haja respeito uns aos outros, desenvolvendo um trabalho voltado para a superação de discursos e práticas racistas.

3.1 Resultados da prática pedagógica

A prática pedagógica que embasa a pesquisa foi desenvolvida na escola municipal Antonio Custódio Borges, localizada na cidade de Castilho (SP). Aplicou-se uma contação de história com

o livro “Os mil cabelos de Ritinha” no Pré II da Educação Infantil. A prática pedagógica foi realizada dentro da sala de aula. Foi feito a contação da história do livro citado a cima e logo após a contação os alunos fizeram alguns relatos da história contada.

Os alunos ficaram empolgados com a história e em seguida foi feita a aplicação de uma atividade (Figura 1). No processo de observação foi entregue um papel sulfite para cada educando para que cada um fizessem seu auto-retrato, a sua identificação. Nessa atividade percebe-se a importância de trabalhar a aceitação dentro da sala de aula. Alguns desses alunos na hora de fazer seu auto-retrato começaram a relatar que não gostava de seus cabelos crespos.

Figura 1. Atividades auto-retrato aplicada aos alunos.



Fonte: Elaborado pelos autores (fotografia).

Com a permissão do diretor da escola e da professora da sala, foi realizada a contação da história do livro “Os mil cabelos de Ritinha” dos autores: Paloma Monteiro e Daniel Gnattali (2013). Narra a história de uma menina negra de cabelos crespos que adora fazer penteados diferentes em seus cabelos com ajuda de sua vó Ritinha

cada dia está com um penteado novo. Essa prática aplicada foi de grande relevância pois percebe-se que na hora da atividade alguns alunos acabaram negando sua identidade por causa de suas características físicas (Figura 2).

Figura 2. Aluna desenvolvendo a atividade pedagógica.



Fonte: Elaborado pelos autores (fotografia).

Por fim, com essa atividade os educandos expressaram suas características e suas emoções através do desenho. Essa prática estimulou a aceitação de suas características físicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que nesse artigo que é extremamente importante o professor trabalhar com questões Étnico- Racial na Educação Infantil , pois mesmo ainda na pouca idade eles acabam negando sua origem por se acharem diferentes de um padrão que a sociedade impõe. A escola e o educador tem um papel muito importante neste contexto, na estimulação da aceitação, e nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula sobre a questão racial

Este artigo foi de grande valia, pois resultou em uma prática agradável e na intenção de influenciar os alunos a aceitação através da história contada na sala de aula, momentos assim objetiva e

estimulam a despertar um olhar diferenciado sobre a identificação racial de cada educando.

REFERÊNCIAS

BONI, M. R. Formação docente para a Lei 10.639/03. In: Seminário de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá: CEFRAPO/SINOP, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI nº 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília, 2008.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

CARVALHO, A. et al. Desigualdades de Gênero, Raça e Etnia. 1 ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CHAUÍ, M. Convite a filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

CORTELLA. M. S. Qual é a tua obra?: inquietações propositivas sobre gestão,

liderança e ética. 9ed. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas políticas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v 29, n. 1, jan./jun.2003.

MONTEIRO, P.; GNATTALI, D. Os mil cabelos de Ritinha. 1 ed. Divino de São Lourenço(ES): Semente Editorial, 2013.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS; PLURALIDADE CULTURAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL. Ministério da Educação; 2001.

SILVA, T. R. Que cor é minha cor? In: 38ª Reunião Nacional da ANPEd – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA. Disponível em: <http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT07_638.pdf>.

SOUZA, I. S.; MOTTA, F. P. C.; FONSECA, D. Estudos sociológicos e antropológicos. São Paulo; 2002.